



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO**

Nº 63.574/2025

Registro de Preços

**CONTRATANTE (UASG)**

000987769

**OBJETO**

Contratação de empresa especializada para a execução de ensaios laboratoriais e de campo relacionados a misturas betuminosas e investigação do subsolo, conforme condições, quantidades e demais exigências estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.

**VALOR MÁXIMO ESTIMADO**

R\$ 667.135,73 (seiscentos e sessenta e sete mil e cento e trinta e cinco reais e setenta e três centavos)

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 26/02/2026 às 09h (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

Menor preço

**MODO DE DISPUTA**

Aberto

**TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS**

Sim

**MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM**

Não

**MUNICÍPIO DE PIRAQUARA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026**

Processo Administrativo nº 63.574/2025

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o município de Piraquara por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, sediado na Avenida Getúlio Vargas, nº 1990, Centro, Piraquara, Paraná, 83301-010, realizará licitação, para registro de preço, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 11.001/2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

**1.1.** O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para a execução de ensaios laboratoriais e de campo relacionados a misturas betuminosas e investigação do subsolo, conforme condições, quantidades e demais exigências estabelecidas no Edital e no Termo de Referência;

**1.2.** A licitação será dividida em 2 (dois) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

**2.1.** As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**3.1.** Poderão participar desta Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)):

**3.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**3.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;





**3.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;

**3.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação;

**3.5.** Não poderão disputar esta licitação:

**3.5.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**3.5.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados:

**3.5.2.1.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**3.5.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**3.5.4.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta:

**3.5.4.1.** O impedimento de que trata o item anterior será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**3.5.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**3.5.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

**3.5.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por



submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**3.5.8. Agente público do órgão ou entidade licitante:**

**3.5.8.1.** A vedação de que trata este item estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**3.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;**

**3.5.10. Consórcios:**

**3.5.10.1.** A vedação à participação de empresas em consórcio fundamenta-se na natureza específica e tecnicamente padronizada dos serviços a serem contratados — ensaios laboratoriais e de campo — cuja execução não demanda a união de expertises complementares ou de capacidades econômicas ampliadas que justificariam a formação de consórcios. O porte da contratação é compatível com a atuação de empresas individualmente habilitadas no mercado;

**3.5.10.2.** Ademais, a participação de consórcios implicaria aumento da complexidade procedimental, tanto na fase de habilitação quanto na gestão do contrato, especialmente quanto à análise de responsabilidade solidária, representação legal, garantias contratuais e gestão de execução. Tais exigências tornariam o procedimento mais oneroso à Administração, sem retorno técnico proporcional;

**3.5.10.3.** Nos termos do art. 15, §1º, da Lei nº 14.133/2021, é lícita a vedação à participação em consórcios quando devidamente justificada, especialmente quando o objeto licitado não requer o compartilhamento de capacidades técnicas, operacionais ou econômico-financeiras.

**3.5.10.4.** Assim, observando os princípios da eficiência, razoabilidade administrativa e proporcionalidade entre meios e fins, fica vedada a participação de licitantes na forma de consórcio.

**3.5.11. Cooperativas:**

**3.5.11.1.** A participação de cooperativas está vedada neste certame diante da incompatibilidade entre a natureza do objeto — serviço técnico especializado sujeito a responsabilidade técnica direta — e a estrutura operacional das cooperativas, as quais, em regra, não possuem finalidade empresarial, organização corporativa estável nem





perfil econômico compatível com a assunção dos riscos inerentes à execução do contrato;

**3.5.11.2.** O objeto demanda responsabilidade técnica direta e contínua da contratada, com emissão de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) vinculada à pessoa jurídica executora e ao profissional responsável. Em organizações cooperativas, a execução é descentralizada e depende de cooperados sujeitos à rotatividade, o que pode comprometer a rastreabilidade, continuidade e padronização técnica exigidas;

**3.5.11.3.** Ressalta-se que, embora a Lei nº 14.133/2021 permita a participação de cooperativas, sua vedação é juridicamente possível e legítima quando o objeto licitado requer expertise técnico-operacional especializada, padronização de processos e responsabilidade individualizada, como no caso dos ensaios laboratoriais e geotécnicos;

**3.5.11.4.** Dessa forma, por critérios de segurança jurídica, garantia de rastreabilidade técnica, conformidade normativa e eficiência administrativa, fica vedada a participação de cooperativas no presente certame.

**3.5.12.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.6.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

#### **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

**4.1.** O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

#### **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**5.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e julgamento;

**5.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública;

**5.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**5.3.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas





infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**5.3.2.** Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

**5.3.3.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**5.3.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**5.4.** O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021:

**5.4.1.** O item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**5.4.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

**5.5.** Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

**5.5.1.** De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

**5.5.2.** Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

**5.5.3.** De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

**5.5.4.** Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;





- 5.5.5.** Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.5.6.** Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 5.5.7.** Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 5.5.8.** Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.5.9.** Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 5.5.10.** Constituída sob a forma de sociedade por ações;
- 5.5.11.** Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 5.6.** A falsidade da declaração de que trata os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital;
- 5.7.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública;
- 5.8.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances;
- 5.9.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances;
- 5.10.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.10.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
- 5.10.2.** Lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o item anterior.
- 5.11.** O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:



**5.11.1.** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

**5.12.** O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno;

**5.13.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão;

**5.14.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**6.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**6.1.1.** Valor total do item.

**6.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante:

**6.2.1.** O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

**6.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

**6.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

**6.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses;

**6.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

**6.7.** Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderá se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional;

**6.8.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o







compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição:

**6.8.1.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

**6.8.2.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estipulados.

**6.9.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração e/ou por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Órgão de Controle Externo, e após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**7.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local, indicados neste Edital;

**7.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública;

**7.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes;

**7.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro;

**7.5.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item;

**7.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;

**7.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;

**7.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será de R\$ 1.000,00 (mil reais);



**7.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível;

**7.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado;

**7.11.** Como foi adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações:

**7.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública;

**7.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;

**7.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação;

**7.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações;

**7.11.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**7.12.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores;

**7.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

**7.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante;

**7.15.** No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances;

**7.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação;





**7.17.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta;

**7.18.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006:

**7.18.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta, serão consideradas empatadas com a primeira colocada;

**7.18.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;

**7.18.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;

**7.18.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**7.19.** A hipótese do item anterior não será aplicada quando enquadrada a licitação no disposto no art. 4º, §1º da Lei 14.133/2021;

**7.20.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances);

**7.21.** Havendo eventual empate entre propostas o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**7.21.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**7.21.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



**7.21.3.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto Municipal nº 11.029/2023;

**7.21.4.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**7.22.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**7.22.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**7.22.2.** Empresas brasileiras;

**7.22.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**7.22.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 2009.

**7.23.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento:

**7.23.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração;

**7.23.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

**7.23.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório;

**7.23.4.** O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

**7.23.5.** É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.





**7.24.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

**8.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133/2021, e correlatas disposições deste edital, e verificará eventual existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**8.1.1.** SICAF;

**8.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

**8.1.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

**8.1.4.** Cadastro de fornecedores impedidos de licitar e contratar com a Administração Pública do Município de Piraquara - CAFILPI, nos termos do Decreto Municipal 5326/2016;

**8.1.5.** Cadastro de impedidos de licitar do TCE/PR.

**8.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n.º 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

**8.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN n.º 3/2018, art. 29, caput):

**8.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN n.º 3/2018, art. 29, §1º);

**8.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN n.º 3/2018, art. 29, §2º);

**8.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**8.4.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício aplicado;





**8.5.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 151 a 159 da Lei 14.133/2021;

**8.6.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**8.6.1.** Contiver vícios insanáveis;

**8.6.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**8.6.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**8.6.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**8.6.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**8.7.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração:

**8.7.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

**8.7.1.1.** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

**8.7.1.2.** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**8.8.** Em contratação de obras e serviços de engenharia, sejam comuns ou especiais, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

**8.8.1.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

**8.8.2.** No caso de obras e serviços de engenharia, sejam comuns ou especiais, serão presumidas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução;

**8.8.3.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.





**8.9.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, serão efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta;

**8.10.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta:

**8.10.1.** Em se tratando de obras/serviços comuns/especiais de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

**8.11.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação:

**8.11.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**8.11.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**8.12.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**9.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei n.º 14.133, de 2021:

**9.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.







**9.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre;

**9.3.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas;

**9.4.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia;

**9.5.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei n.º 14.133/2021;

**9.6.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);

**9.7.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

**9.8.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

**9.9.** Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia:

**9.9.1.** O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizada pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendada junto à Superintendência de Projetos e Obras através do telefone (41) 3590-3449 durante o horário de atendimento da Prefeitura Municipal de Piraquara, o qual ocorre das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 de segunda-feira à sexta-feira, de modo a não coincidir com o agendamento de outros licitantes;







**9.9.2.** Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**9.10.** A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos:

**9.10.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º);

**9.10.2.** Quando necessária a averiguação de autenticidade de documento que tenha sido apresentado por cópia, o agente da Administração deverá facultar ao interessado, em prazo hábil, a apresentação do documento original ou de declaração de autenticidade de autenticidade, subscrita por advogado e sob sua responsabilidade pessoal, nos termos do disposto no artigo 12, inciso IV da Lei nº 14.133/2021.

**9.11.** É de responsabilidade de o licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, (IN nº 3/2018, art. 7º, caput):

**9.11.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação, (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

**9.12.** A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação:

**9.12.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

**9.13.** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor:

**9.13.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**9.14.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e art. 163, §4º do Decreto Municipal nº 11.001/2023):





**9.14.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

**9.14.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**9.15.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação;

**9.16.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital;

**9.17.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior;

**9.18.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação;

**9.19.** Os documentos que trata este edital devem ser apresentados dentro do prazo de validade na data designada para a sessão. Os documentos que não tiverem menção expressa sobre o prazo de validade, somente serão aceitos se emitidos com data não superior a 90 (noventa) dias corridos anteriores à data assinalada para a data de abertura do Pregão, exceto para os documentos que por sua natureza, não estejam sujeitos ao prazo de validade.

## **10. DOS RECURSOS**

**10.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei n.º 14.133/2021;

**10.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata;

**10.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**10.3.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**10.3.2.** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;





- 10.3.3.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 10.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema;
- 10.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos;
- 10.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos;
- 10.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;
- 10.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;
- 10.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento;
- 10.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.piraquara.pr.gov.br](http://www.piraquara.pr.gov.br), no link licitações;
- 10.11.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 10.11.1.** Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- 10.11.2.** Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.
- 10.12.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata:
- 10.12.1.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado;
- 10.12.2.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário serão ordenados conforme a sequência de classificação da licitação;
- 10.12.3.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 10.13.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:



**10.13.1.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

**10.13.2.** Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**11.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**11.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

**11.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

**11.1.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**11.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**11.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

**11.1.2.4.** Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

**11.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**11.1.4.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**11.1.5.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**11.1.6.** Fraudar a licitação;

**11.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**11.1.7.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**11.1.7.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento.

**11.1.8.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**11.1.9.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**11.2.** Com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:





- 11.2.1.** Advertência;
- 11.2.2.** Multa;
- 11.2.3.** Impedimento de licitar e contratar;
- 11.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 11.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 11.3.2.** As peculiaridades do caso concreto;
  - 11.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 11.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - 11.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4.** A multa será recolhida em percentual específico, incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial:
  - 11.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado;
  - 11.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 25% do valor do contrato licitado.
- 11.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa;
- 11.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;
- 11.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- 11.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e



11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021;

**11.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do Município, nos termos do art. 168, §4º do Decreto Municipal nº 11.001/2023;

**11.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

**11.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

**11.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento;

**11.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;

**11.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**12.1.** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021;

**12.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

**12.2.1.** A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

**12.2.2.** A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.





- 12.3.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços;
- 12.4.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições;
- 12.5.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e no sítio eletrônico oficial do Município e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços;
- 12.6.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada;
- 12.7.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado;
- 12.8.** Após a assinatura da ata de registro de preços as contratações futuras serão formalizadas por meio da emissão de respectivas notas de empenho, as quais substituirão o instrumento de contrato, sendo o adjudicatário convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, atestar o recebimento ou retirar o referido documento.

### **13. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

- 13.1.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 13.1.1.** Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 13.1.2.** Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.
- 13.2.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata:
- 13.2.1.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado;
- 13.2.2.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.



**13.3.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**13.3.1.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

**13.3.2.** Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

**13.4.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

**13.4.1.** Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**13.4.2.** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

#### **14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**14.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n.º 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame;

**14.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame;

**14.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através de protocolo eletrônico oficial utilizado no âmbito da Administração Municipal, conforme disposto no art. 174 do Decreto Municipal n.º 11.001/2021:

**14.3.1.** O protocolo eletrônico pode ser acessado no sítio eletrônico do Município, [www.piraquara.pr.gov.br](http://www.piraquara.pr.gov.br), no link “SERVIÇOS ON-LINE” – “Carta de Serviços” o qual deve ser pesquisado como “impugnação” ou “esclarecimento”, ou por meio do link: <https://rb.gy/7mqvs1>; ou do código QR abaixo:







**14.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;

**14.5.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação;

**14.6.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **15. CRITÉRIOS DO REAJUSTE**

**15.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data-base vinculada à data do orçamento estimado;

**15.2.** Após o interregno de 1 (um) ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional do Custo da Construção (INCC), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

**15.3.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

**15.4.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

**15.5.** Caso o Índice Nacional do Custo da Construção Civil (INCC) seja extinto ou substituído, será adotado o índice que venha a ser definido pela legislação vigente;

**15.6.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

**15.7.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**16.1.** Será divulgada a ata da sessão pública no sistema eletrônico;

**16.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão;



**16.3.** Todas as referências de tempo indicadas neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF;

**16.4.** A homologação do resultado desta licitação não implica direito à contratação;

**16.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

**16.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

**16.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração;

**16.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público;

**16.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças do processo, prevalecerá as deste Edital;

**16.10.** O Edital e seus anexos estarão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico [www.piraquara.pr.gov.br](http://www.piraquara.pr.gov.br), no link “licitações”;

**16.11.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**16.11.1.** Termo de Referência;

**16.11.2.** Minuta de Ata de Registro de Preços;

**16.11.3.** Estudo técnico Preliminar.

Piraquara, 04 de fevereiro de 2026

**Natasha Mariê Borba Cordeiro**  
Superintendente de Projetos e Obras

**Shuélen Theodoro Martins de Lima**  
Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano





**MUNICÍPIO DE PIRAQUARA**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

Processo Administrativo n.º 63.574/2025

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**1.1.** Contratação de empresa especializada para a execução de ensaios laboratoriais e de campo relacionados a misturas betuminosas e investigação do subsolo, conforme condições, quantidades e demais exigências estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO      | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL    |
|------|--------------------|--------|-------------------|------------|----------------|----------------|
| 01   | Serviço Engenharia | 22225  | UND               | 1          | R\$ 182.745,70 | R\$ 182.745,70 |
| 02   | Serviço Engenharia | 22225  | UND               | 1          | R\$ 484.390,03 | R\$ 484.390,03 |

| ITEM         | ENSAIOS  | UND.     | QUANTIDADE TOTAL | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL    |
|--------------|--|----------|------------------|----------------|----------------|
|              | ITEM 1 – CBUQ (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE)   |          |                  |                |                |
| 01.1         | Ensaio de Granulometria do Agregado  | und      | 100,00           | 290,62         | R\$ 29.062,12  |
| 01.2         | Ensaio de Equivalente de Areia – Agregado Miúdo para Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) | und      | 100,00           | 250,88         | R\$ 25.088,31  |
| 01.3         | Ensaio de Controle de Taxa de Aplicação de Ligante Betuminoso                                    | und      | 100,00           | 226,03         | R\$ 22.603,43  |
| 01.4         | Ensaio de Determinação da Taxa de Espalhamento do Agregado                                       | und      | 100,00           | 215,56         | R\$ 21.555,59  |
| 01.5         | Ensaio de Percentagem de Betume - Misturas Betuminosas   | und      | 100,00           | 211,22         | R\$ 21.122,48  |
| 01.6         | Ensaio de Controle do Grau de Compactação da Mistura Asfáltica                                   | und      | 100,00           | 195,60         | R\$ 19.559,70  |
| 01.7         | Ensaio de Densidade do Material Betuminoso   | und      | 100,00           | 161,43         | R\$ 16.142,74  |
| 01.8         | Ensaio de tracao por compressao diametral - misturas betuminosas                                 | und      | 100,00           | 139,71         | R\$ 13.971,22  |
| 01.9         | Extração de corpo de prova de concreto asfáltico com sonda rotativa                              | und      | 100,00           | 95,00          | R\$ 9.500,43   |
| 01.10        | Viga Benkelman - Capa asfática   | km.pista | 35,00            | 118,28         | R\$ 4.139,67   |
| TOTAL ITEM 2 |  |          |                  |                | R\$ 182.745,70 |





| ITEM                 | ENSAIOS  | UND. | QUANTIDADE<br>TOTAL | VALOR<br>UNITÁRIO | VALOR TOTAL    |
|----------------------|--|------|---------------------|-------------------|----------------|
|                      | ITEM 2 – SPT (INVESTIGAÇÃO DO SUBSOLO)                   |      |                     |                   |                |
| 02.1                 | Sondagem a Percussão com SPT (Standard Penetration Test) | m    | 450,00              | 807,32            | R\$ 363.292,52 |
| TOTAL ITEM 2         |  |      |                     |                   | R\$ 484.390,03 |
| TOTAL TODOS OS ITENS |  |      |                     |                   | R\$ 667.135,73 |

**Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade**

**1.2.** O SERVIÇO DE ENGENHARIA objeto desta contratação é caracterizado como COMUM, conforme justificativa constante do Termo de Justificativas Técnicas Relevantes;

**Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

**1.3.** O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo;

**Prazo de execução e vigência**

**1.4.** O PRAZO DE EXECUÇÃO para a realização dos ensaios será de no máximo **48 (quarenta e oito) horas** contadas do recebimento da Ordem de Serviço. E a entrega do relatório completo com os resultados dos ensaios deverá ocorrer no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos** APÓS a execução dos ensaios. A depender da necessidade da Administração, poderá ser requerida a realização de ensaios em mais de uma obra no mesmo dia;

**1.5.** O PRAZO DE VIGÊNCIA da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contados da data de sua assinatura e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos:

**1.5.1.** No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original;

**1.5.2.** O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar;

**2.2.** O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme detalhamento a seguir:

**2.2.1.** ID PCA no PNCP: 76105675000167-0-000001/2026;

**2.2.2.** Data de publicação no PNCP: 02/12/2025;

**2.2.3.** Id do item no PCA: 8314;





**2.2.4.** Classe/Grupo: 833 – Serviços de engenharia;

**2.2.5.** Identificador da Futura Contratação: 987769-384/2026.

**2.3.** Considerando as características da demanda e da execução do objeto, a presente contratação será realizada sob o Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme previsto no art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 65 do Decreto Municipal nº 11.001/2023;

**2.4.** A adoção do SRP se justifica pela impossibilidade de prever com exatidão quando e onde os serviços de ensaio serão necessários, uma vez que sua execução está diretamente condicionada ao andamento e à liberação de frentes de obras públicas em diferentes regiões do Município. Assim, a contratação sob demanda, mediante emissão de ordens de serviço, se revela mais adequada e eficiente à realidade administrativa;

**2.5.** O SRP proporcionará à Administração agilidade no atendimento das necessidades, otimização dos recursos públicos e racionalização processual, evitando a realização de múltiplas licitações para objetos com características similares e recorrentes ao longo do exercício;

**2.6.** Ademais, a adjudicação será realizada por item, respeitando a divisibilidade técnica do objeto e assegurando a ampla participação de empresas especializadas, sem prejuízo à eficiência e à economicidade da contratação.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

**3.1.** A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1.** A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

#### **Subcontratação**

**4.2.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

#### **Garantia da Contratação**

**4.3.** Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação:

**4.3.1.** Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do proponente cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.





**4.4. EM CASO DE OPÇÃO PELO SEGURO-GARANTIA,** a parte adjudicatária deverá APRESENTÁ-LA, NO MÁXIMO, ATÉ A DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:

**4.4.1.** A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas;

**4.4.2.** Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia;

**4.4.3.** A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

**4.4.4.** Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual;

**4.4.5.** Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

**4.5.** Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária;

**4.6.** Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente;

**4.7.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil;

**4.8.** Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal:

**4.8.1.** O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

**4.9.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:





**4.9.1.** Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

**4.9.2.** Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;

**4.9.3.** Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

**4.10.** Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial;

**4.11.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação;

**4.12.** Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração;

**4.13.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada;

**4.14.** O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria:

**4.14.1.** O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

**4.14.2.** Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

**4.15.** Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato:

**4.15.1.** A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep;







**4.15.2.** A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

**4.16.** A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente;

**4.17.** O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência;

**4.18.** O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada;

**4.19.** A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência;

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

**5.1.** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

**5.1.1.** Início da execução do objeto: **48 (quarenta e oito) horas** contadas a partir do recebimento da Ordem de Serviço;

**5.1.2.** A descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho encontram-se detalhadas neste Termo de Referência;

### **Local e horário da prestação dos serviços**

**5.2.** Os serviços serão prestados nos endereços indicados na Ordem de Serviço;

**5.3.** Os serviços serão prestados no seguinte horário:

**5.3.1.** De segunda à sexta-feira, das 08:00 às 17:00;

### **Materiais a serem disponibilizados**

**5.4.** Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas neste Termo de Referência, promovendo sua substituição quando necessário;

### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

**5.5.** A demanda do órgão tem como base as características indicadas neste Termo de Referência;

### **Especificação da garantia do serviço**

**5.6.** O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor);

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

Avenida Getúlio Vargas, 1990 – Centro – Piraquara – Paraná  
Telefone: (41) 3590-3500 | [www.piraquara.pr.gov.br](http://www.piraquara.pr.gov.br)







5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal nº 11.001/2023, e demais regulamentos aplicáveis, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, conforme previsto no art. 174 do Decreto Municipal nº 11.001/2023;

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado;

6.7. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do contrato;

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade;

### **Rotinas de fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos;

### **Fiscalização técnica**



**6.10.** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

**6.11.** O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

**6.12.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

**6.13.** O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

**6.14.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

**6.15.** O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual;

**6.16.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade;

**6.17.** As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022;

#### **Fiscalização administrativa**

**6.18.** O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

**6.19.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

#### **Gestor do contrato**

**6.20.** Cabe ao gestor do contrato:





**6.20.1.** Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

**6.20.2.** Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

**6.20.3.** Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

**6.20.4.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

**6.20.5.** Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

**6.20.6.** Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

**6.20.7.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**6.20.8.** Receber e dar encaminhamento imediato:

**6.20.8.1.** Às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

**6.20.8.2.** À notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **Do recebimento**





**7.1.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, pelo fiscal de contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo:

**7.1.1.** Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final da execução do serviço contratual, conforme previsto no Cronograma de Execução, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada;

**7.1.2.** Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma, estiverem executados em sua totalidade;

**7.1.3.** O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

**7.2.** O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga;

**7.3.** O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo;

**7.4.** Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período de 30 (trinta) dias;

**7.5.** Ao final de cada período/evento de faturamento:

**7.5.1.** O fiscal do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**7.6.** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

**7.7.** O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

**7.8.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;





**7.9.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;

**7.10.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.11.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;

**7.12.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

**7.12.1.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

**7.12.2.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

**7.12.3.** Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

**7.12.4.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

**7.12.5.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**7.13.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

**7.14.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n.º 14.133, de 2021, comunicando-se à





empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

**7.15.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

**7.16.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato;

### **Liquidação**

**7.17.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do inciso I e §3º do art. 5º do Decreto Municipal nº 11.985/2024;

**7.18.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**7.18.1.** O prazo de validade;

**7.18.2.** A data da emissão;

**7.18.3.** Os dados do contrato e do órgão Contratante;

**7.18.4.** O período respectivo de execução do contrato;

**7.18.5.** O valor a pagar;

**7.18.6.** Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.19.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante;

**7.20.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021;

**7.21.** A Administração deverá realizar consulta:

**7.21.1.** Ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;





**7.21.2.** Aos cadastros abaixo elencados, para identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público:

**7.21.2.1.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

**7.21.2.2.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

**7.21.2.3.** Cadastro de fornecedores impedidos de licitar e contratar com a Administração Pública do Município de Piraquara - CAFILPI, nos termos do Decreto Municipal 5326/2016;

**7.21.2.4.** Cadastro de impedidos de licitar do TCE/PR.

**7.21.3.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**7.22.** Constatando-se a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante;

**7.23.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

**7.24.** Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa;

**7.25.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF;

#### **Prazo de pagamento**

**7.26.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos art. 5º do Decreto Municipal nº 11.985/2024, que regulamenta o art. 141 da Lei nº 14.133/2021;







**7.27.** Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo contratante, incidirá correção monetária desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, processando-se o cálculo com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E, do Instituto de Geografia e Estatística – IBGE, ou por outro índice oficial que vier a substituí-lo. Ainda, fica convencionado que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

**7.27.1.** I: Índice de atualização financeira;

**7.27.2.** TX: Percentual da taxa de juros de mora anual;

**7.27.3.** EM: Encargos moratórios;

**7.27.4.** N: Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

**7.27.5.** VP: Valor da parcela em atraso.

#### **Forma de pagamento**

**7.28.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicados pelo Contratado;

**7.29.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

**7.30.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável:

**7.30.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.31.** O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

### **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**8.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;







- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**8.2.** Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**8.2.1.** Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**8.2.2.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**8.2.3.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

**8.2.4.** Multa:

**8.2.4.1.** Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias;

**8.2.4.2.** Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

**8.2.4.2.1.** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

**8.2.4.3.** Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 20% (vinte por cento) do valor da contratação;

**8.2.4.4.** Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) do valor da contratação;





**8.2.4.5.** Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 20% (vinte por cento) do valor da contratação;

**8.2.4.6.** Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) do valor da contratação;

**8.2.4.7.** Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

**8.3.** A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;

**8.4.** Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

**8.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

**8.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

**8.7.** A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

**8.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar:

**8.8.1.** Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF;

**8.8.2.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

**8.9.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**8.9.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**8.9.2.** As peculiaridades do caso concreto;

**8.9.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**8.9.4.** Os danos que dela provierem para o Contratante;

**8.9.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.





**8.10.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente, definidos na referida Lei;

**8.11.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia;

**8.12.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal;

**8.12.1.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**8.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021;

**8.14.** Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**9.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO;

### **Regime de execução**

**9.2.** O regime de execução do contrato será EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL;

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

**9.3.** Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação;





**9.3.1.** O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade.

**9.4.** Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

**9.4.1.** Valores unitários: conforme tabela constante no item 1 deste Termo de Referência.

#### **Exigências de habilitação**

**9.5.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

**9.6.** Pessoa Física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**9.7.** Empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**9.8.** Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**9.9.** Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal (SLU) ou Sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.10.** Sociedade Empresária Estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 2020;

**9.11.** Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.12.** Filial, Sucursal ou Agência de Sociedade Simples ou Empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**9.13.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;





#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**9.14.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

**9.15.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

**9.16.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante apresentação de certidão expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente;

**9.17.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante apresentação de certidão expedida pelo Município, do domicílio ou sede do proponente;

**9.18.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto

**9.19.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**9.20.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1943;

**9.21.** Caso o proponente seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

**9.22.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

#### **Qualificação econômico-financeira**

**9.23.** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

**9.24.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

**9.25.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, para cada exercício, Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:





$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**9.26.** Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

**9.27.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

**9.28.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao Sped;

**9.29.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo proponente;

**9.30.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

#### **Qualificação técnica**

**9.31.** Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação:

**9.31.1.** Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**9.32.** Registro ou inscrição da empresa Contratada no conselho profissional competente, CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), em plena validade;

#### **Qualificação Técnica-Operacional**

**9.33.** Comprovação de aptidão para a execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo Conselho profissional competente, quando for o caso, que comprovem que a EMPRESA tenha





executado, para órgãos ou entidades da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual ou municipal ou do Distrito Federal ou ainda para empresas privadas, serviço de característica semelhante;

**9.33.1.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

**9.33.1.1.** Para o Item 1: execução de 50 (cinquenta) unidades do Ensaio de Controle do Grau de Compactação da Mistura Asfáltica, e do Ensaio de Percentagem de Betume – Misturas betuminosas, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo total previsto para a execução dos ensaios;

**9.33.1.2.** Para o Item 2: execução de 225,00 (duzentos e vinte e cinco) metros do Ensaio – SPT (investigação do subsolo), correspondente a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo total previsto para a execução do ensaio;

**9.33.2.** Serão admitidos, para fins de comprovação de execução, a apresentação e o somatório de até 3 (três) diferentes atestados de serviços;

**9.33.3.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;

**9.33.4.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto Contratado, dentre outros documentos;

**9.33.5.** Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

#### **Qualificação Técnica-Profissional**

**9.34.** Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de Anotação/Registro de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo conselho profissional competente que comprovem que o PROFISSIONAL tenha executado, para órgãos ou entidades da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual ou municipal ou do Distrito Federal ou ainda para empresas privadas, serviço de característica semelhante conforme abaixo indicado(s);

**9.35.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados do Engenheiro Civil e/ou Arquiteto e Urbanista deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

**9.35.1.** Execução de ensaios laboratoriais e de campo relacionados a misturas betuminosas e investigação do subsolo;







**9.35.2.** O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

**9.36.** Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade;

**9.37.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do proponente.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**10.1.** O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 667.135,73 (seiscentos e sessenta e sete mil e cento e trinta e cinco reais e setenta e três centavos), conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária, sendo:

**10.1.1.** R\$ 182.745,70 (cento e oitenta e dois mil e setecentos e quarenta e cinco reais e setenta centavos) PARA O ITEM 1;

**10.1.2.** R\$ 484.390,03 (quatrocentos e oitenta e quatro mil e trezentos e noventa reais e três centavos) PARA O ITEM 2;

**10.2.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 73 do Decreto Municipal 11.001/2023):

**10.2.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

**10.2.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**10.2.3.** Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

**10.2.4.** Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município;

**11.2.** A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Avenida Getúlio Vargas, 1990 – Centro – Piraquara – Paraná  
Telefone: (41) 3590-3500 | [www.piraquara.pr.gov.br](http://www.piraquara.pr.gov.br)





| SECRETARIA | ÓRGÃO  | DESPESA | DOTAÇÃO         | FONTE | SALDO            |
|------------|--------|---------|-----------------|-------|------------------|
| SMISU      | 15.001 | 545     | 3.3.90.39.00.00 | 504   | R\$ 2.300.000,00 |

Piraquara, 04 de fevereiro de 2026

**Natasha Mariê Borba Cordeiro**  
Superintendente de Projetos e Obras

**Shuélen Theodoro Martins de Lima**  
Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano





**MUNICÍPIO DE PIRAQUARA**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS XX/2025**

Processo Administrativo nº 63.574/2025

O MUNICÍPIO DE PIRAQUARA, sediado na Avenida Getúlio Vargas, nº 1990, Centro, Piraquara, Paraná, 83301-010, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.105.675/0001-67, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI, considerando a licitação na modalidade Pregão sob nº xx/2025, na forma eletrônica, processo administrativo sob nº 63.574/2025, para REGISTRO DE PREÇOS, cujo resultado foi publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná de xx/xx/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 11.001/2023, no termo de referência, edital e nas demais legislações aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. OBJETO**

**1.1.** A presente ata tem por objeto o registro de preços para a contratação de empresa especializada para a execução de ensaios laboratoriais e de campo relacionados a misturas betuminosas e investigação do subsolo, conforme condições, quantidades e demais exigências estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

**2.1.** O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, adjudicatário(s) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

| Item do TR | Adjudicatário razão social, CNPJ/MF, endereço, contato, neste ato representado(a) por ..... (nome, qualificação e função), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos. |     |        |           |                            |
|------------|--|-----|--------|-----------|----------------------------|
| X          | Especificação  | Un. | Quant. | Valor Un. | Prazo garantia ou validade |
|            |  |     |        |           |                            |

**2.2.** A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata:

**2.2.1.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.





### 3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA(S) CONTRATAÇÃO(ÕES) E CADASTRO RESERVA

**3.1.** A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil após a data da última assinatura inserta neste documento, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do adjudicatário, desde que comprovado o preço vantajoso.

**3.1.1.** Havendo a prorrogação da vigência da ata de registro de preços o quantitativo registrado poderá ser renovado até o limite do quantitativo original.

**3.1.1.1.** A intenção de prorrogação e a manutenção ou redução do quantitativo deverão ser previamente e expressamente formalizadas no processo pelo(s) gestor(es) devidamente nomeado(s), e será, sequencialmente, repassada ao adjudicatário para a respectiva avaliação e anuência e/ou recusa.

**3.1.2.** O ato de prorrogação da vigência da ata indicará expressamente o prazo e o quantitativo renovado.

**3.2.** A(s) contratação(ões) com o(s) beneficiário(s) da ata será(ão) formalizada(s) por intermédio de instrumento contratual, e/ou emissão de nota de empenho de despesa, e/ou autorização de compra ou ordem de execução de serviço, ou outro instrumento hábil, seguindo-se as determinações do art. 95 da Lei nº 14.133/2021 e art. 70, §1º do Decreto Municipal nº 11.001/2023, e conforme as correlatas regulamentações e prazos previstos no termo de referência:

**3.2.1.** O instrumento contratual será assinado, bem como os instrumentos equivalentes formalizados, no prazo de validade da ata de registro de preços.

### 4. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

**4.1.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

**4.1.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

**4.1.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**4.1.3.** Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133/2021:

**4.1.3.1.** No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;





**4.1.3.2.** No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**4.2.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o adjudicatário não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, deverá requerer a alteração do preço registrado, mediante comprovação do fato superveniente que alega como causa da impossibilidade de cumprir o compromisso:

**4.2.1.** O adjudicatário deverá encaminhar, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória e a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas;

**4.2.2.** Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido e o adjudicatário deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas aplicáveis:

**4.2.2.1.** Na hipótese de cancelamento do registro nos termos do item anterior, serão convocados os participantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados;

**4.2.2.2.** Se não houver êxito nas negociações serão adotadas as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**4.2.3.** Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, este será atualizado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**4.3.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o adjudicatário será convocado para negociar a redução do preço registrado:

**4.3.1.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o adjudicatário será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas;

**4.3.2.** Na hipótese de cancelamento do registro nos termos do item anterior, serão convocados os participantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado;

**4.3.3.** Se não houver êxito nas negociações serão adotadas as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

## **5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

**5.1.** O registro de preços será cancelado quando o adjudicatário:



**5.1.1.** Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

**5.1.2.** Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

**5.1.3.** Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 75, § 2º, do Decreto Municipal nº 11.001/2023; ou

**5.1.4.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

**5.2.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item anterior será formalizado por despacho da autoridade máxima municipal, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa;

**5.3.** Na hipótese de cancelamento do registro de preço, serão convocados os participantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação;

**5.4.** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

**5.4.1.** Por razão de interesse público;

**5.4.2.** A pedido do adjudicatário, decorrente de caso fortuito ou força maior;

**5.4.3.** Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 74, §1º e 75, §3º, ambos do Decreto Municipal nº 11.001/2023.

## **6. DAS PENALIDADES**

**6.1.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital:

**6.1.1.** As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, após terem assinado a ata.

## **7. CONDIÇÕES GERAIS**

**7.1.** As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega/execução e recebimento, as obrigações da Administração e do adjudicatário, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência;



**7.2.** Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 1 (uma) via de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

**Piraquara, XX de XX de 2025**

**Assinaturas**

**Prefeito Municipal e representante(s) legal(is) do adjudicatário**









**ANEXO I**

**CADASTRO RESERVA**

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de participantes que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

| Item do TR | Adjudicatário razão social, CNPJ/MF, endereço, contato, neste ato representado(a) por ..... (nome, qualificação e função), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos. |   |  |     |        |           |                                       |
|------------|--|---|--|-----|--------|-----------|---------------------------------------|
| X          | Especificação  | <i>Marca<br/>(se exigida no<br/>edital)</i> | <i>Modelo<br/>(se exigido no<br/>edital)</i> | Un. | Quant. | Valor Un. | <i>Prazo garantia ou<br/>validade</i> |
|            |  |   |  |     |        |           |                                       |

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

| Item do TR | Adjudicatário razão social, CNPJ/MF, endereço, contato, neste ato representado(a) por ..... (nome, qualificação e função), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos. |   |  |     |        |           |                                       |
|------------|--|---|--|-----|--------|-----------|---------------------------------------|
| X          | Especificação  | <i>Marca<br/>(se exigida no<br/>edital)</i> | <i>Modelo<br/>(se exigido no<br/>edital)</i> | Un. | Quant. | Valor Un. | <i>Prazo garantia ou<br/>validade</i> |
|            |  |   |  |     |        |           |                                       |



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA - PR

## Estudo Técnico Preliminar 10/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 63.574/2025

## 2. Descrição da necessidade

A contratação pretendida tem por finalidade suprir a necessidade da Administração Pública Municipal de dispor de suporte técnico especializado para a execução de ensaios laboratoriais e de campo relacionados a solos, agregados, misturas betuminosas, concreto e investigação do subsolo, de forma a permitir o controle tecnológico independente das obras públicas de infraestrutura urbana em execução no Município de Piraquara.

Tais ensaios visam à aferição da conformidade dos materiais empregados e da execução dos serviços realizados pelas empresas contratadas para execução de obras públicas, com base em parâmetros objetivos definidos nos respectivos projetos, especificações técnicas e normativas aplicáveis. Trata-se, portanto, de uma ação de verificação e validação técnica, que complementa as atividades de fiscalização ordinária da Administração, garantindo maior precisão, segurança e confiabilidade na apuração da qualidade dos serviços entregues.

Considerando a ausência de estrutura laboratorial interna e a limitação operacional da equipe técnica do Município para execução direta desses serviços com os rigorosos padrões exigidos, mostra-se imprescindível a contratação de empresa especializada, com experiência comprovada, corpo técnico habilitado e equipamentos adequados, para atender com tempestividade e acurácia as demandas oriundas das obras em andamento.

A medida visa assegurar a efetiva fiscalização e controle da qualidade das intervenções urbanas em curso, especialmente aquelas relacionadas à pavimentação e infraestrutura viária, garantindo a conformidade das entregas com os requisitos técnicos previamente estabelecidos.

A Ata de Registro de Preços decorrente de processo pretérito, embora possua objeto parcialmente semelhante ao ora pretendido, não atende integralmente às necessidades atuais da Administração, em razão das especificidades quantitativas demandadas, as quais divergem substancialmente daquelas originalmente registradas. Verifica-se que os quantitativos atualmente necessários extrapolam os limites previstos na referida ata, inclusive superando o percentual máximo de 25% passível de aditamento, o que inviabiliza sua utilização sob o aspecto jurídico.

Ademais, constata-se que, em relação a objetos semelhantes anteriormente licitados, uma das atas resultou deserta e a outra teve seu limite quantitativo integralmente consumido, não havendo saldo disponível para atendimento da demanda atual. Diante desse cenário, a realização de novo certame mostrou-se necessária e mais vantajosa para a Administração.

## 3. Área requisitante

| Área Requisitante   | Responsável |
|---|-------------|
| Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos | Tiago Alves |

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação deverá assegurar a prestação de serviços especializados em ensaios laboratoriais e de campo, voltados ao controle tecnológico de obras públicas, mediante atendimento a requisitos técnicos e operacionais mínimos que garantam a precisão, confiabilidade e conformidade dos resultados com as normas técnicas vigentes.

A empresa contratada deverá possuir capacidade técnica comprovada, infraestrutura laboratorial compatível, corpo técnico habilitado e equipamentos adequados para a execução dos ensaios, conforme especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência.

Será exigida a emissão de relatórios técnicos completos, assinados por profissional legalmente habilitado, com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), observando os prazos e condições estabelecidos em cada Ordem de Serviço. A contratada também deverá observar os critérios de rastreabilidade dos ensaios, acondicionamento de amostras, metodologia de execução e padrões de qualidade exigidos.

## 5. Levantamento de Mercado

Para fins de verificação da viabilidade da contratação e referência de preços praticados no setor, foi realizado levantamento de mercado com base exclusiva na Tabela Referencial de Preços de Serviços de Engenharia do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do Estado do Rio Grande do Sul – DAER/RS.

A escolha por esta fonte deve-se ao fato de tratar-se de uma referência técnica consolidada, de domínio público, atualizada periodicamente e amplamente utilizada por diversos entes da Administração Pública para estimativas de preços em contratações de serviços de natureza similar. A tabela contempla composições unitárias detalhadas para diversos tipos de ensaios tecnológicos, com base em metodologia padronizada e valores compatíveis com a realidade de mercado.

Considerando a natureza técnica e padronizada dos serviços a serem contratados, optou-se por utilizar essa fonte como parâmetro para estimativa de custos e caracterização da oferta disponível, em substituição à obtenção de cotações diretas junto a fornecedores. Essa abordagem visa conferir maior objetividade, segurança e isonomia na definição do valor estimado, em consonância com os princípios da economicidade e da eficiência.

Dessa forma, a utilização da tabela referencial do DAER/RS cumpre a finalidade de evidenciar a existência de oferta no mercado e de parametrizar os custos esperados para a contratação.

## 6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos de ensaios laboratoriais e de campo, aplicados ao controle tecnológico de obras públicas de infraestrutura urbana em execução no Município de Piraquara. Os serviços incluem, entre outros, ensaios de caracterização de solos, agregados, misturas betuminosas, concreto e sondagens do subsolo.

A execução será realizada de forma parcelada e sob demanda, por meio da emissão de Ordens de Serviço, conforme a necessidade identificada pela equipe técnica responsável pelo acompanhamento das obras públicas. A contratada deverá atender prontamente às solicitações, realizando a coleta de amostras, os ensaios em laboratório e a entrega de relatórios técnicos, assinados por profissional habilitado, com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

A contratação permitirá à Administração Pública dispor de controle tecnológico independente, viabilizando a comparação entre os resultados obtidos pela contratada e aqueles apresentados pelas empresas responsáveis pela execução das obras. Essa medida busca assegurar maior transparência, segurança técnica e confiabilidade nos serviços entregues à população.

A prestação dos serviços observará os procedimentos e critérios estabelecidos nas normas técnicas pertinentes, sendo os métodos e parâmetros executivos detalhados no Termo de Referência que integra o processo licitatório.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A definição das quantidades estimadas baseou-se em projeções técnicas formuladas pela equipe da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, considerando a previsão de obras públicas de infraestrutura urbana a serem executadas no exercício, bem como a demanda potencial por serviços de controle tecnológico que assegurem a verificação da qualidade dos materiais e da execução contratada.

As quantidades foram estimadas com base nas diretrizes previstas nos projetos básicos de pavimentação e infraestrutura urbana em andamento e no dimensionamento estimativo da demanda por tipo de ensaio, conforme detalhado na planilha de composição constante no Termo de Referência.

A adoção desses critérios visa garantir que a estimativa de quantidades seja tecnicamente fundamentada, suficiente para atender às necessidades da fiscalização de obras no período de vigência contratual, e compatível com os princípios da razoabilidade e economicidade.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 667.135,73

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base exclusiva na Tabela Referencial de Preços de Serviços de Engenharia do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do Estado do Rio Grande do Sul – DAER/RS, considerada fonte técnica pública, consolidada e adequada para parametrização de preços em contratações dessa natureza.

A composição do valor estimado considerou os quantitativos definidos na planilha de serviços, aplicando-se os valores unitários extraídos da referida tabela, sem inclusão de adicionais ou margens de segurança. Trata-se de metodologia usual em contratações públicas de serviços de engenharia, notadamente quando se trata de serviços padronizados e com escopo técnico bem definido.

O valor total estimado da contratação é de R\$ 667.135,73 (seiscentos e sessenta e sete mil e cento e trinta e cinco reais e setenta e três centavos), conforme detalhamento apresentado na planilha orçamentária integrante do processo, sendo:

- R\$ 182.745,70 (cento e oitenta e dois mil e setecentos e quarenta e cinco reais e setenta centavos) para o item 1;
- R\$ 484.390,03 (quatrocentos e oitenta e quatro mil e trezentos e noventa reais e três centavos) para o item 2.

O valor estimado servirá como referência para a contratação pretendida, orientando a Administração quanto à previsão orçamentária necessária e ao dimensionamento da solução, em consonância com os parâmetros técnicos e quantitativos definidos.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Após avaliação da natureza do objeto, da forma de execução pretendida e da dinâmica de atendimento das demandas da Administração, optou-se pelo parcelamento da contratação em dois itens distintos, considerando-se os diferentes tipos de ensaios técnicos a serem contratados.

A divisão por especialidade técnica permite maior aderência entre as exigências contratuais e as competências específicas das empresas contratadas, garantindo melhor desempenho na execução dos serviços. Além disso, amplia-se a competitividade, permitindo a participação de empresas com expertise em áreas específicas, o que tende a resultar em propostas economicamente mais vantajosas para a Administração.

Embora a contratação global possa proporcionar ganhos em termos de padronização metodológica e racionalização da gestão contratual, entendeu-se que a fragmentação por tipo de ensaio não comprometerá a uniformidade técnica e a confiabilidade dos resultados, tendo em vista que os critérios de execução, apresentação dos resultados e controle de qualidade serão devidamente definidos no Termo de Referência e rigorosamente fiscalizados.

Assim, o parcelamento em dois itens promove maior especialização, flexibilidade operacional e eficiência na gestão da contratação, assegurando, ao mesmo tempo, a qualidade e a consistência dos serviços prestados à Administração.

Adicionalmente, considerando a imprevisibilidade quanto à periodicidade e à localização dos ensaios, a contratação será realizada sob a forma de Sistema de Registro de Preços – SRP, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 65 do Decreto Municipal nº 11.001/2023. Tal opção se justifica pelo caráter recorrente, mas pontual da demanda, cuja efetivação depende do avanço das obras públicas em diferentes regiões do Município, inviabilizando a definição prévia de um cronograma fixo de execução.

O SRP permitirá à Administração acionar a contratada conforme a necessidade, por meio de ordens de serviço, assegurando agilidade, racionalização administrativa e maior controle orçamentário. Ressalta-se que a adjudicação será realizada por item, em razão da autonomia técnica de cada grupo de serviços, o que viabiliza a ampla participação de fornecedores especializados sem comprometer a eficiência da solução global.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A contratação em questão possui natureza técnica autônoma e não depende de contratação anterior, simultânea ou futura para a sua plena execução. Embora os serviços a serem prestados estejam vinculados ao acompanhamento de obras públicas de infraestrutura urbana executadas por terceiros, sua finalidade é independente, voltada exclusivamente à realização de ensaios e à verificação técnica de conformidade dos serviços executados, mediante controle tecnológico.

Trata-se de uma contratação complementar à execução de obras públicas, porém sem interdependência contratual direta com os contratos de obras eventualmente em andamento, uma vez que os serviços ora demandados serão acionados por meio de Ordens de Serviço específicas, com escopo técnico próprio, objeto distinto e critérios de fiscalização autônomos.

Desse modo, não há outras contratações em trâmite ou planejadas que impeçam ou condicionem a execução do objeto pretendido, tampouco há sobreposição de objetos ou risco de duplicidade de despesas.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação está alinhada às diretrizes estratégicas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, no que tange à qualificação da fiscalização de obras públicas, ao controle da qualidade dos serviços executados e à correta aplicação dos recursos públicos.

A adoção de mecanismos de controle tecnológico independente representa avanço no aperfeiçoamento da gestão de contratos de obras, promovendo maior rigor técnico na aferição da conformidade dos serviços com os parâmetros exigidos em projeto, norma técnica e contrato.

Trata-se de medida que reforça o compromisso institucional com os princípios da eficiência, economicidade e transparência, ao viabilizar a obtenção de informações técnicas objetivas e isentas, fundamentais para a adequada supervisão dos contratos de obras públicas e para a responsabilização dos executores em caso de não conformidade.

Certifica-se que a contratação está contemplada no escopo das ações planejadas para o Plano de Contratações Anual vigente, conforme detalhamento a seguir:

- ID PCA no PNCP: 76105675000167-0-000001/2026;
- Data de publicação no PNCP: 02/12/2025;
- Id do item no PCA: 8314;
- Classe/Grupo: 833 – Serviços de engenharia;
- Identificador da Futura Contratação: 987769-384/2026.

Do mesmo modo, foi atendido ao princípio da padronização, com a especificação dos itens conforme catálogo eletrônico de padronização do Poder Executivo Federal, conforme detalhamento a seguir:

- CATSER: 22225;
- Especificação: Serviço Engenharia.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação proposta proporcionará uma série de benefícios técnicos, operacionais e gerenciais à Administração Pública Municipal, com destaque para:

- Elevação do padrão de qualidade e confiabilidade na fiscalização de obras públicas, por meio da execução de ensaios laboratoriais e de campo realizados por empresa especializada e isenta, garantindo a aferição independente dos parâmetros técnicos exigidos.
- Redução de assimetrias de informação entre os relatórios apresentados pelas empresas executoras das obras e os resultados efetivamente apurados em campo, permitindo maior precisão na verificação da conformidade dos serviços prestados.
- Melhoria da capacidade de tomada de decisão técnica e jurídica, especialmente em situações de controvérsia quanto à qualidade da execução, proporcionando elementos objetivos que embasem medidas corretivas, aplicação de penalidades contratuais ou glosas em medições.
- Fortalecimento da governança contratual, com a introdução de instrumentos técnicos de controle tecnológico que ampliam a capacidade da Administração de prevenir falhas construtivas, prolongar a vida útil das intervenções executadas e preservar o interesse público.
- Otimização da aplicação dos recursos públicos, ao permitir que os pagamentos por obras e serviços executados estejam condicionados à validação técnica rigorosa, evitando o desembolso por serviços fora das especificações.

Em síntese, a contratação contribui diretamente para o aprimoramento da gestão da infraestrutura urbana, assegurando maior eficiência, confiabilidade e transparência na execução de políticas públicas voltadas à melhoria da malha viária e das condições urbanas do Município.

## 13. Providências a serem Adotadas

Para viabilizar a contratação pretendida, deverão ser observadas as providências relativas às fases interna e externa do processo licitatório, conforme segue:

- Inclusão da demanda no Plano de Contratações Anual vigente, mediante solicitação formal à unidade de planejamento, com fundamento na Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 1/2019;
- Elaboração e consolidação da documentação técnica necessária à instrução processual;
- Definição da modalidade e do regime de execução contratual, com a adoção do pregão eletrônico, sob o sistema de registro de preços, critério de julgamento pelo menor preço e disputa em 2 (dois) itens distintos;
- Submissão do processo à análise jurídica prévia da Procuradoria Municipal, para verificação da legalidade, regularidade e conformidade dos atos preparatórios, conforme exige o art. 53 da Lei nº 14.133/2021;
- Indicação formal do agente de contratação e da equipe de apoio, nos termos dos arts. 7º e 8º da Lei nº 14.133/2021;
- Publicação do aviso de licitação e dos documentos convocatórios nos meios legais, incluindo o PNCP, Diário Oficial dos Municípios do Paraná e site institucional, assegurando ampla publicidade e observância dos prazos legais;
- Condução do pregão eletrônico, com recepção de propostas, realização de lances, fase de negociação, julgamento, habilitação, eventual manifestação recursal, adjudicação e homologação do resultado;
- Formalização da contratação com a empresa vencedora, por meio de assinatura do contrato administrativo, com base na minuta previamente aprovada;
- Designação do gestor e fiscais do contrato, para acompanhamento, fiscalização técnica e administrativa, e controle da execução contratual;
- Encaminhamento do contrato ao setor competente para liquidação e pagamento, bem como para eventuais prorrogações, ajustes e gestão de garantias, conforme as disposições do instrumento contratual e da legislação aplicável.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação pretendida refere-se à prestação de serviços técnicos especializados de ensaios laboratoriais e de campo, com foco no controle tecnológico de obras públicas de infraestrutura urbana. Trata-se de atividade de natureza predominantemente intelectual, com execução esporádica e localizada, conforme demanda, não envolvendo intervenção direta no meio ambiente.

Dessa forma, não se identificam impactos ambientais relevantes decorrentes da execução do objeto contratado, tendo em vista que:

- Os serviços serão realizados em canteiros de obras já implantados, previamente licenciados ou dispensados de licenciamento ambiental, a depender da natureza da obra principal;
- Não há geração significativa de resíduos, e os materiais utilizados (ex.: amostras de solo, concreto, asfalto) são extraídos de porções mínimas e manejados conforme as boas práticas laboratoriais;
- As atividades não envolvem uso de produtos químicos poluentes, nem geram emissões, efluentes ou ruídos em níveis superiores aos padrões ambientais estabelecidos.

Caso algum procedimento específico venha a demandar tratamento especial, a empresa contratada deverá seguir as normas técnicas vigentes e as diretrizes ambientais aplicáveis.

Conclui-se, portanto, que a contratação não apresenta impactos ambientais significativos, sendo classificada como de baixo risco ambiental, dispensando a necessidade de licenciamento ou de medidas mitigadoras adicionais.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Com fundamento nas análises realizadas nas seções anteriores, conclui-se que a contratação de empresa especializada para a execução de ensaios laboratoriais e de campo — voltados à fiscalização da qualidade dos serviços executados em obras públicas de infraestrutura urbana — é técnica, econômica e juridicamente viável, sendo plenamente justificada quanto à sua necessidade, utilidade e vantajosidade para a Administração. A solução proposta encontra-se alinhada ao planejamento institucional, contribui para o aprimoramento da fiscalização de obras, promove maior controle na aplicação dos recursos públicos e atende aos princípios da eficiência, economicidade, transparência e interesse público, conforme preconizado pela Lei nº 14.133/2021. A contratação foi estruturada em 2 (dois) itens distintos, definidos com base nos diferentes tipos de ensaios a serem executados. Tal divisão, aliada à utilização de estimativas de quantidades e valores obtidos a partir de tabela referencial, apresenta-se como a forma mais adequada de compatibilizar a especialização técnica dos serviços com a garantia da uniformidade dos resultados, a padronização metodológica e a racionalização dos recursos administrativos. Diante do exposto, declara-se a viabilidade da contratação pretendida, recomendando-se o regular prosseguimento da tramitação do processo licitatório, nos termos das normas legais e regulamentares aplicáveis.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**IGOR FELIPE DA COSTA CUNHA**

Engenheiro Civil